



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

OFÍCIO-CIRCULAR Nº 188/2004

Aos Excelentíssimos Senhores Juizes de Direito e Substitutos

Senhor(a) Juiz(a),

Encaminho a Vossa Excelência cópia reprográfica do Ofício nº 3106/2004, oriundo da 1ª Vara Federal Criminal de Curitiba/PR, para conhecimento, à decretação da indisponibilidade dos bens dos Senhores **RENATO BARDELLI DOS SANTOS, ELIANE BEATRIZ CARELLI DOS SANTOS, ANDRÉ CARELLI DOS SANTOS e RENATA CARELLI DOS SANTOS RIBEIRO.**

Na oportunidade, apresento a Vossa Excelência os meus protestos de consideração.

Florianópolis, 10 de agosto de 2004.

Desembargador **Eládio Torret Rocha**
VICE-CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

URGENTE**CONFIDENCIAL**

JUSTIÇA FEDERAL

1ª VARA FEDERAL CRIMINAL

Av. Anita Garibaldi, 888, 2º pavimento, Ahú, CURITIBA / PR.
 CEP 80540-180 — Fone (41) 313-4500 — Fax 313-4500
 E-MAIL prctbcr01sec@jfpr.gov.br

Ofício nº 3106/2004

Curitiba, 05 de agosto de 2004.

Senhor Corregedor:

Cumprimentando Vossa Excelência e para fins de instrução da Ação Penal nº 99.031756-0, movida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL contra o réu RENATO BARDELLI DOS SANTOS e Outros, solicito-lhe o seqüestro dos bens imóveis de titularidade do réu abaixo nominado extensivo à sua esposa e filhos (também abaixo nominados), que tiverem sido registrados desde 1996 até a presente data, ou que possuíram neste período, nos cartórios desse Estado, e respectiva averbação da constrição nos órgãos competentes, nos moldes e conforme informação que abaixo passo a tecer:

em 28.07.2004, foi prolatada **sentença** na ação penal acima mencionada, **condenando** o réu **RENATO BARDELLI DOS SANTOS**, - brasileiro, contador, filho de Manoel Luís dos Santos e Neusa Bardelli dos Santos, nascido aos 21.02.1947 em Curitiba/PR, portador da cédula de identidade - R. G. nº 428.635-SSP/PR e inscrição no CPF/MF sob nº 000.695.409-00, nas sanções dos arts. 4º, "caput", e 5º, "caput", da Lei 7492/86 c/c arts. 70 e 71 (duas vezes) do CPB, pelo concurso formal da gestão fraudulenta com o desvio de dinheiro do BANCO BAMERINDUS, este de forma continuada (por duas vezes), e ainda, na sanção do art. 288 do CPB, em virtude de formação de quadrilha; em concurso material com os demais delitos, à pena total de **10 (dez) anos e 03 (três) meses de reclusão**, em regime fechado e, **pena de multa totalizada monetariamente em R\$ 1.828.769,75 (um milhão oitocentos e vinte e oito mil, setecentos e sessenta e nove reais, setenta e cinco centavos) bem como foi decretado o perdimento de bens adquiridos com os valores desviados do Grupo Bamerindus.**

Outrossim, informo-lhe ainda, para os fins pertinentes, que o réu é casado com a Sra. **ELIANE BEATRIZ CARELI DOS SANTOS**, filha de Brasília Soares Careli (mãe), nascida aos 05.03.1949, portadora do CPF/MF nº 835.673.569-68, e pai de **ANDRÉ CARELI DOS SANTOS**, nascido aos 03.11.1969, portador do CPF/MF nº 806.114.009-87, **ALEXANDRE CARELI DOS SANTOS**, nascido aos 27.08.1971, portador do CPF/MF nº 804.555.499-15 e **RENATA CARELI DOS SANTOS RIBEIRO**, nascida aos 12.09.1975, portadora do CPF/MF nº 004.502.899-07.

Comunico-lhe, mais, que em relação à **pena de perdimento de bens**, ficam decretado perdidos aqueles bens que

STIÇÃO 06/08/2004 18:08 022418

R.h.

Expeça-se ofício-circular aos Juizes de Direito e Substitutos e aos Diretores
 Foro das comarcas deste Estado, para que sejam tomadas as providências cabíveis
 Comunique-se.
 Florianópolis, 10 de agosto de 2004


 Des. Eládio Torret Rocha
 Vice-Corregedor-Geral da Justiça

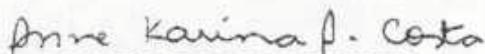
se encontrem em nome do réu, extensivo àqueles de titularidade de sua esposa e filhos, cuja aquisição ocorreu no período 1º de Maio de 1996 a 30 de junho de 1997 (três meses após a data do último fato delituoso - 03/1997).

Em relação à pena pecuniária devem ser alcançados os bens adquiridos desde 1996 até a presente data, também extensivo à sua esposa e filhos, observando o limite da responsabilidade penal fixada na pena de multa (R\$ 1.828.769,75 - Um milhão oitocentos e vinte e oito mil, setecentos e sessenta e nove reais, setenta e cinco centavos).

Faz necessário consignar que a presente constrição recairá também sobre os bens de família do: sentenciado, vez que a Lei nº 8009/90 os excepciona da impenhorabilidade, quando, em se tratando de execução penal (art 3º, inciso VI), sirva para assegurar o pagamento dos danos, multa e custas processuais da condenação.

Finalmente, ante a urgência da medida e falta de dados acerca da qualificação completa dos filhos do sentenciado, informo-lhe que após a obtenção de tais dados, serão os mesmos repassados a esse Órgão.

Atenciosamente,


ANNE KARINA STIPP AMADOR COSTA
Juíza Federal

Exmo. Sr. Desembargador
ALBERTO LUIZ DA COSTA
Corregedor Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Alvaro Mullen da Silveira, 208, CEP 88.020-901
FLORIANÓPOLIS/SC
(WJS)